

Desconstruindo o conceito de “barbárie”

Jean-François MATTÉI. **A barbárie interior. Ensaio sobre o i-mundo moderno.** Tradução de Isabel Maria Loureiro. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 363 páginas.

*Daniel Soczek*¹

Estamos condenados à barbárie? Este é o problema sobre o qual o filósofo francês Jean-François Mattéi tenta lançar luzes considerando o contexto pós-moderno no qual nos encontramos. Entretanto, quando nos deparamos com um livro que se propõe a abordar o conceito de “barbárie” em um arco histórico que se inicia nos relatos épicos de Homero e alcança a contemporaneidade, é quase impossível que o senso crítico não nos dispoña a uma certa reserva ou mesmo ceticismo para com a leitura de tal texto. Esta reserva e ceticismo logo dissolvem-se, porém, quando percebemos a profundidade e erudição do modo de abordagem do tema em questão, atestado, por exemplo, pela recorrência contínua à gramática histórica e pela adoção da perspectiva analítica interdisciplinar que envolve a poesia, a sociologia e a filosofia para fundamentação de suas idéias. Este conjunto de qualidades oferece ao leitor uma agradável leitura, sem perder as características de um texto instigante e reflexivo.

Num momento em que muitos pesquisadores se preocupam apenas em referendar um diagnóstico niilista e relativista do contexto contemporâneo pós-moderno, o autor preocupa-se em viabilizar o pensar alternativo aos conflitos e ambivalências que assumem uma característica quase que determinista na conjuntura atual. Se “nascemos póstumos”, como diagnostica o autor na introdução de seu livro, póstumos porque perdemos o sen-

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina e Professor de Sociologia no Centro Universitário UNIANDRADE – PR.

tido do começo, já que este é o momento do “fim” – fim das ideologias, da história, da arte, da metafísica –, põe-se como imperativo retomar a observação de Rilke de que “tudo o que acontece é sempre um começo”. Portanto, “somos todos um começo” é a idéia que, expressa na última linha do texto, conclui com precisão e rigor toda a trajetória reflexiva desta obra.

Segundo o autor, o projeto iluminista calcado na razão teria como objetivo “levar a civilização” a todos aqueles que estavam, de alguma forma, longe dela, os chamados “bárbaros”. Em tese, os bárbaros só existem por oposição à civilização, e por não compreendê-la, simplesmente a destroem e saqueiam. A disposição diametralmente oposta entre estes dois conceitos constitui-se num duplo somente explicável individualmente por oposição plena ao outro.

A tese deste autor sustenta que a barbárie não é algo externo que se afronta ao civilizado – e que este deve dissipá-la para, dialeticamente, produzir um processo de emancipação daquele – mas sim uma face paradoxal à civilização, que vem à tona no momento em que ela se torna arrogante de si. Assim, o autor aceita a tese pascaliana do *homo duplex*, que admite a interioridade da barbárie na civilização, em oposição ao racionalismo otimista da modernidade ou racionalismo crítico de Horkheimer e Adorno, que vêem “no homem um ser racional submetido à tempestade da barbárie”. A proposta do autor é oferecer uma resposta a toda pilhagem, destruição, saques e mortes que resultaram de um processo que queria opor à barbárie o projeto moderno. Sendo assim, o autor admite que civilização e barbárie são as duas máscaras, “adversárias e cúmplices, de uma mesma e única humanidade”.

Para desdobrar a tese acima enunciada, o primeiro capítulo da obra destina-se a tratar do conceito de barbárie na Grécia antiga e o segundo busca reencontrar o significado do termo no universo cultural romano. Ao contrário dos romanos, os gregos não negavam que os bárbaros também fossem uma civilização, ainda que muito distinta da deles. Para o romano, ao contrário, os bárbaros eram todos aqueles povos que estavam, numa perspectiva expressamente maniqueísta, fora de seu domínio, sendo o mundo constituído, por definição, como “*Romania e Barbárie*”. É em Roma

que o termo bárbaro adquire o estereótipo antropológico daquele que está, a todo momento, ameaçando a civilização. Bárbaro é alguém “de fora”, o “*externi*” que deve ser “exterminado” num interessante jogo de palavras que o autor retoma de Cícero, mas que se aplica e explica a visão de mundo deste momento histórico. Nas palavras do autor, não há um “*mundo bárbaro*” como poderia ser pensado nos moldes gregos, mas a ausência e impossibilidade de instauração ou restauração de uma ordem no mundo, que o autor designa como i-mundo ou a-cosmia. Bárbaro é a posição diametralmente oposta à realidade construtiva da civilização. Entretanto, a condição de expansão de Roma é tornar “civilizado” o povo “bárbaro”, uma *patria communis* que originaria uma *res pública*. Acrescentada a este aspecto a ascensão do cristianismo, fulmina-se a dicotomia “civilizado/bárbaro” ao se afirmar que todo homem é templo de Deus e que pode ser um romano também. A barbárie, pensada agora como uma perturbação da ordem da cidade, mas também como perturbação da ordem da alma, deve ser combatida enquanto uma diminuição das pulsões de violência presentes no espírito humano. Dos textos bíblicos do Novo Testamento aos escritos sobre a descoberta/dominação da América, multiplicam-se as reflexões no sentido de mostrar como os “civilizados” atuam de modo violento (bárbaro) com relação aos designados como bárbaros, que paradoxalmente possuem uma postura muitas vezes “civilizada” com relação àqueles.

Este movimento histórico desemboca no terceiro capítulo, onde o autor desenvolve a idéia de “barbárie do sujeito”. Essa postura significa admitir que a “barbárie é *substancial*, e mesmo *constancial* ao homem, e não um acidente infeliz da história”. O autor reconhece a barbárie na exacerbação do conceito de sujeito (processo que ocorre na modernidade), onde uma epistemologia noética engendra, como explicitado nos capítulos seguintes do livro, as críticas ao processo educacional, à cultura e à política como paradigmas de barbárie e não de civilização, como comumente pensamos.

Com relação ao primeiro item, o autor parte da constatação dos aspectos falimentares dos sistemas educacionais e do comportamento dos alunos nos estabelecimentos

educacionais. Estes aspectos constituem-se em sintomas inequívocos de que o caráter procedimental da educação, que envolve educadores e educandos em processos avaliativos, onde o reproduzir é mais importante do que o pensar, como atesta Bourdieu, nos leva a repensar a clássica diferenciação durkheimiana entre função e finalidade, aqui com relação à educação, e a dificuldade que Rousseau já pressentira em escolher entre “fazer um homem e fazer um cidadão”.

No segundo aspecto abordado, a cultura, o autor parte da clássica distinção de Elias entre *Kultur* e *Civilization*, refletindo sobre o problema da segmentação da sociedade que desemboca no relativismo, como atestam as posturas de Comte de que “tudo é relativo, eis o único princípio absoluto”, e do anarquismo metodológico de Feyerabend, que postula o *anything goes* – o vale-tudo. Esse tirar o tapete de debaixo de nossos pés não significa que estamos incólumes ou desobrigados de refletir sobre os desdobramentos políticos da sociedade moderna e pós-moderna no âmbito político – tema do capítulo final do livro. Frente a uma virtualização dos processos democráticos pela diminuição do espaço público, com a sobreposição do privado sobre este, torna-se inevitável o desmantelamento da civilização em barbárie, onde a postura totalitarista de esquerda e de direita é a consequência mais exemplar, lógica e direta deste processo.

Desse modo, a deficiência do projeto racional moderno estaria na postura bárbara, endêmica ao próprio sistema. Se os efeitos de tal processo são tão desastrosos como abomináveis, não significa, entretanto, que não haja possibilidade de uma saída deste embuste. Ao afirmar na sua conclusão que “parece-me que quem quiser hoje delimitar os contornos do mundo moderno deve primeiro traçar as fronteiras de seus desertos interiores”, o autor reafirma no sujeito, em sua subjetividade, uma possível alternativa sem perder-se no individualismo, que seria uma espécie de “barbárie soft” em oposição à “barbárie hard” do totalitarismo.

Esta obra, não obstante suas múltiplas qualidades, algumas delas destacadas acima, não está imune ou isenta de críticas. Ela inclui, em sua primeira tradução no Brasil, o prefácio à tercei-

ra edição francesa, onde o autor tenta fazer a defesa dos seus pontos de vista contra algumas das proposições críticas que lhe foram postas tanto por leitores como por aqueles que participaram de suas palestras dentro e fora do território francês. As críticas levantadas ao autor referem-se ao paralelismo entre comunismo e nazismo, no que diz respeito aos desmandos totalitários, que o autor identifica com a barbárie; o alcance teórico do termo barbárie, que muitos julgam amplo demais; a legitimidade da crítica do sujeito, como posta pelo autor; e o conceito de i-mundo enquanto barbárie – sua aplicação analítica ao contexto atual.

Do nosso ponto de vista, entendemos que a posição assumida pelo autor contra o determinismo da coexistência da barbárie inerente à condição humana não nos permite construir métodos que possibilitem impedir a existência de atos bárbaros. Somos impelidos “naturalmente” à violência, já que a barbárie é inata e faz parte de nossa “natureza humana”, emergindo daí um pessimismo com relação ao desdobramento dos processos “civilizatórios” da humanidade.

Outra suposição do autor é a possibilidade de optarmos pela não-barbárie, o que seria, por exemplo, em termos de arte, a massificação. Em certo momento do livro, ele afirma que se “deve distinguir entre a cultura verdadeira, que é sempre uma cultura durável e aristocrática, e uma cultura de massas que se atarefa na esfera do consumo passageiro” (p. 277). O autor persegue uma idéia de Bem/Beleza nos moldes postos por Platão para identificar a possibilidade de estar acima ou além da barbárie, seja na arte ou em qualquer outra instância. O autor não oferece, entretanto, nenhum critério ou indicação para podermos fazer esta (possível e desejável (?)) opção.

Um terceiro aspecto que gostaríamos de ressaltar é o não esclarecimento da abrangência e implicação dos conceitos de i-mundo e barbárie, que o autor enseja delinear em seu prefácio mas não o faz. Se a barbárie, mesmo que paradoxalmente, é inerente à comunidade humana, sua inerência não implica totalidade, haja vista a possibilidade de ações que orientam a realidade para o não-bárbaro, como os avanços da democra-

cia, por exemplo. Assim, os conceitos de i-mundo e barbárie tornam-se por demais vastos, o que prejudica a análise de um fenômeno social qualquer.

Não obstante esses limites, salientamos a importância desta agradável leitura, que nos propicia elementos a serem agregados em possíveis análises que permitam aprofundar o conturbado entendimento dos paradoxais problemas da sociedade contemporânea. Frente aos nebulosos acontecimentos recentes da história mundial, oxalá tenha o autor razão em seu otimismo na possibilidade de um “novo começo” frente à barbárie multiforme e multifocada, que se assenhora mundialmente nestes dias plúmbeos e sombrios para a humanidade.